

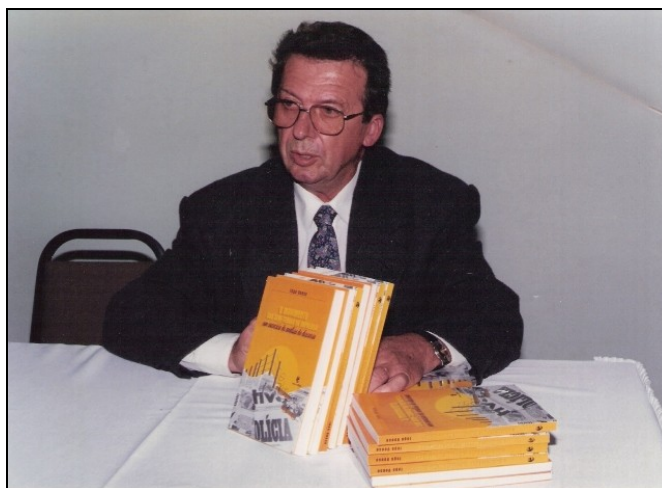
**NOTAS SOBRE UM LIVRO DE INGO VOESE**

*Sírio Possenti<sup>1</sup>*

Voese, Ingo. *O movimento dos Sem-terra na imprensa: um exercício de análise do discurso*. Ijuí: Editora da Unijuí, 1998, 210p.

Ingo Voese escreveu diversos livros. Suas reflexões vão do ensaio literário a propostas sobre ensino a partir de conceitos e práticas da análise do discurso (AD, doravante). Mas a obra em que levou a ferro e fogo alguns conceitos da AD e analisou um corpus de maior extensão é *O movimento dos sem-terras na imprensa: um exercício de análise do discurso* (Ijuí: Editora da Unijuí, 1998). Pode parecer que o título indique modéstia, ou falsa modéstia, especialmente pela palavra “exercício”. Mas, no caso, creio que é bem adequado, é até quase literal. A palavra, na verdade, é uma espécie de chave para a leitura do livro, porque Ingo pensava que a teoria da qual tratava estava mesmo em construção. Embora não fosse tão nova e herdasse uma longa tradição, não era um projeto acabado, havia ainda muito a debater, a formular, a discernir, problemas a eliminar, corpora diversos a analisar, teóricos diversos e diferentes entre si a serem eventualmente aproximados e, principalmente, criticados, lidos em detalhe.

O livro é resultado de um trabalho de pós-doutoramento que Ingo realizou na Unicamp, em 1997. Estava, nessa época, possuído por três obsessões (refiro-me apenas às intelectuais): atacar questões que lhe pareciam obscuras (ou claras, mas “erradas”, simplificadas demais) em AD; discutir aspectos do papel da imprensa; e entender melhor uma questão política então quente, mais até do que atualmente, o Movimento dos Sem-terra. As três puderam ser enfeixadas num só trabalho, porque ele decidiu analisar discursos da mídia (representada pela revista *Veja*) sobre os sem-terra com os instrumentais de leitura da AD.



**Ingo Voese apresentando seu livro “O movimentos dos sem-terra” na imprensa, 1996**

Não se trata de uma leitura fácil. Por duas razões, basicamente: a) Ingo elabora uma visão bastante peculiar da AD, invocando teóricos em geral não mencionados, e implementando critérios de análise que não coincidem com os clássicos da AD: por exemplo, não há famílias parafrásticas, nem metafóricas, como sugeriu Pêcheux, nem retomadas explícitas de enunciados pertencentes a uma memória, como fez Courtine, nem análises que lembrem as de Maingueneau; b) Ingo retoma a todo momento as relações entre o fora e o dentro, digamos assim, relacionando continuamente as condições de produção e os materiais lingüísticos que interpreta. Assim, a experiência de ler o livro não pode ser substituída por uma espécie de resumo ou pela simples relação entre teoria, métodos e resultados.

Por isso, não pretendo, nessas poucas linhas, fornecer um substituto à leitura do livro do Ingo. Quero, em vez disso, fornecer um pequeno mapa do livro e, depois, discutir duas ou três questões, na certeza de que ele apreciaria mais ser discutido do que simplesmente passado adiante. Talvez a melhor forma de fazer isso seja iniciar pelas conclusões, que Ingo começou assim, praticamente resumindo a obra:

É a heterogeneidade social, ântropo-cultural e econômica que determina o sujeito através de um complexo de mediações onde a linguagem se faz mediação obrigatória. O que constitui o sujeito é sua atividade, o seu trabalho, as suas ações, tanto lingüísticas como outras, e que possibilitam a individuação porque o produto do trabalho gera heterogeneidade e as descontinuidades a partir do que se criam novas situações que exigem nova atividade dos homens. Por isso, as determinações limitam, mas nunca anulam o sujeito: possibilitam uma ação que, por sua vez, pelo fato de vir determinada por uma heterogeneidade que produz descontinuidades, apresentará

contradições que se inscrevem no objeto produzido (o que se verifica também nas atividades dos enunciadores dos textos analisados (p. 166).

Aí estão mencionados os grandes temas: subjetividade (fruto da atividade condicionada por uma realidade múltipla) e heterogeneidade (traço fundamental de tudo, das coisas e dos textos). Ingo chegou a isso partindo de alguns teóricos e analisando um conjunto de textos. Creio que se pode dizer que seus teóricos mais caros são Bakhtin, que fornece as chaves fundamentais para ler os enunciados (claro, Pêcheux e outros são reaproveitados, mas é do russo a linha básica) e Mazaros e Thompson (que lhe fornecem armas para uma teoria da ideologia que não seja a althusseriana, ao mesmo tempo em que impedem o esquecimento do social).

Na primeira parte do livro há uma interessante discussão, da qual destaco duas questões: limites e projetos da análise do discurso, e, para discutir isso, Ingo invoca os conceitos ou ingredientes-chave: língua, discurso, ideologia, subjetividade; e a propalada neutralidade da imprensa.

No que concerne aos conceitos fundamentais, vale a pena destacar duas questões: Ingo invoca um conjunto de teóricos cuja junção mostra uma grande diversidade de análises do discurso. Fazendo isso, Ingo se expõe a uma arriscada empreitada: aproximar conceitos, como se se tratasse de fechar brechas de uma teoria invocando conceitos de outra, que a completariam. Um exemplo é a invocação de Pêcheux e de Foucault, que não sei se é completamente feliz. A dificuldade se deve, a meu ver, ao foco que Ingo deu a seu trabalho, que descende mais das propostas do primeiro que do segundo, na medida em que seu livro se destina a ler (nas entrelinhas, nas contradições) o discurso de *Veja*, cujas posições ele revela, apesar da pretensa neutralidade das reportagens. É que Foucault não propõe que a análise de discurso trate de interpretação, ou seja, de descobrir sentidos ocultos, tendência que atribui a certa concepção de língua que ele não incorpora. De fato, Foucault não adota nenhuma concepção específica de língua (de certa forma, para ele, a língua é o que dizem dela os lingüistas), mas, claramente, distancia-se das teorias de interpretação que visariam aos sentidos ocultos, seja seguindo hermenêuticas tradicionais, seja seguindo a psicanálise. O que lhe interessa é a correlação entre enunciados (dos quais ele não fornece um protocolo claro e (re)aplicável de leitura; daí algumas óbvias dificuldades quando se aproximam Pêcheux e Foucault e a possível menor dificuldade quando se aproximam Bakhtin e Foucault através da idéia de redes de enunciados, que permitem ler Foucault

pela chave de Bakhtin, como se naquele autor a relação entre enunciados (nós numa rede) fosse análoga às relações dialógicas).

A segunda questão diz respeito a procedimentos de análise, para cuja descrição Ingo recorre de novo a Foucault, segundo o qual algumas análises se dedicam a aspectos gerais, outras a questões mais locais. Dito assim, parece que tudo é tranqüilo, a diferença sendo apenas de preferência teórica ou de ponto de partida. Mas Foucault introduz um elemento que perturba essa leitura, na medida em que se refere aos discursos como figuras lacunares e retalhadas. Assumindo essa configuração (que é a contraparte das descontinuidades históricas), Foucault rejeita totalmente as interpretações que dão completude aos discursos, na medida em que, segundo suas palavras, citadas por Ingo,

Cada elemento considerado é recebido como a expressão de uma totalidade à qual pertence e que o ultrapassa. Substitui-se, assim, a diversidade das coisas ditas por uma espécie de grande texto uniforme, ainda jamais articulado e que, pela primeira vez, traz à luz o que os homens teriam querido dizer, não apenas em suas palavras e seus textos, mas nas instituições, práticas, técnicas e objetos que produzem (*apud* VOESE, 1998, p. 14).

É nesse intervalo entre as concepções de Foucault que recusam interpretações e as teorias da AFD que privilegiam a leitura que o trabalho de Ingo se equilibra, ora colocando em relevo as descontinuidades (especialmente as contradições, uma das maneiras de um discurso não ser *Um*), ora os implícitos (ou os silenciamentos), que, recuperados, restituem uma espécie de unidade a cada discurso.

Sobre a questão da neutralidade da imprensa, que muitos poderiam considerar uma questão vencida, dado que mesmo manuais de redação aceitam que se trata de algo inalcançável, Ingo, mais do que afirmar uma tese, mostra a seu leitor como, em texto que é aparentemente apenas a descrição de um fato, pode-se ver uma opção, um ponto de vista. É um ponto chave no trabalho, porque é revelando esse tipo de relação sempre enviesado da linguagem e das “coisas” que pode, no limite, postular também a mais do que improvável ausência de ideologia no discurso das ciências (um tema ao qual Ingo dedicou barricas de saliva durante sua vida, diga-se de passagem...).

Quem teve o privilégio de conhecer Ingo Voese e ler esse livro, descobrirá que não se pode imaginar, pelo menos em casos não triviais, que não haja relação entre autor (empírico) e obra, uma espécie de mantra “estruturalista”. A complexidade do

livro retrata bem as inquietações de um cidadão empenhado, ao mesmo tempo, em compreender um corpus e em fazer com que o trabalho dessa empreitada não fosse de forma alguma neutro, mas que servisse a uma causa. A dele, obviamente, não era a de *Veja...* Com o mesmo ardor com que trabalhou para explicitar como a mídia mistificava e tomava posição, parecendo só narrar fatos, Ingo aticava a academia, quando lhe parecia que ela preferia uma espécie de assepsia dos métodos, uma certa pureza da ciência, que, assim, fazia de conta que deixava de fora a ideologia, como se esta a conspurcasse. Para Ingo, não só essa pureza era impossível, como era ela a verdadeira sujeira.

Para encerrar, cito uma passagem de uma resenha que Guilhermino César fez de *O impasse da crítica*, (Porto Alegre: Editora Movimento, 1976), e que foi para a quarta capa do livro, exatamente porque o caracteriza exemplarmente, e que também vale para o livro que aqui se comentou:

este trabalho tem a virtude de fazer pensar, convida ao reexame de posições. A tese de Voese é discutível? Com efeito, mas para isso é que se fazem os ensaios.

#### NOTA

<sup>1</sup> Professor livre-docente no departamento de Lingüística da Universidade Estadual de Campinas.